



ANO 13 Nº 8
Agosto de 2004

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Indústria calçadista gaúcha: os riscos da determinação externa

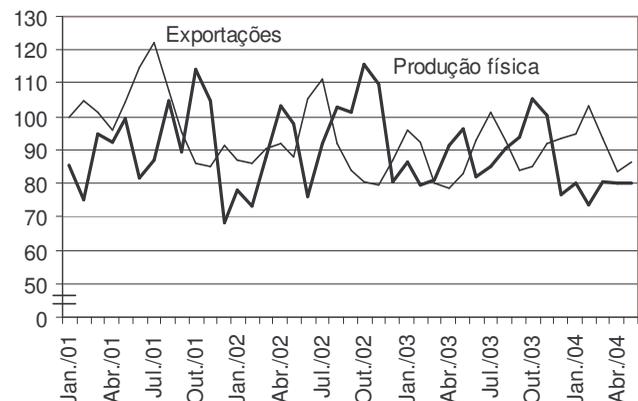
Os diversos estudos sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul são unânimes em afirmar que essa cadeia produtiva passou por um importante processo de reestruturação organizacional que a tornou mais competitiva. Apesar disso, os números referentes ao período jan./01-maio/04 revelam sucessivas quedas da produção física de calçados (IBGE), indicando que os avanços obtidos por esse APL, embora sejam importantes para participar da concorrência internacional, não são suficientes para garantir a manutenção de taxas crescentes de produção física. De fato, a profunda determinação exercida pelas exportações sobre os índices de produção física de calçados (IBGE/MDIC) faz crer que a gradual redução da produção dessa cadeia produtiva deve ser procurada na atual lógica que move o comércio internacional de mercadorias, bem como nos fatores macroeconômicos que controlam a atividade produtiva no Brasil. As informações sobre a evolução da produção e das exportações também chamam atenção e demonstram os pontos frágeis do setor coureiro-calçadista. No período jan./03-maio/04, excluídas as oscilações sazonais, observa-se uma queda da faixa onde oscilam as exportações, com reflexos sobre a produção, podendo indicar uma tendência pouco favorável (IBGE/MDIC).

De uma forma geral, pode-se considerar que as vantagens competitivas de um APL podem ser asseguradas pelo funcionamento de redes regionais de cooperação, pelo desenvolvimento de produtos através da estrutura local de P&D e pela utilização coletiva de alguns equipamentos, de forma a facilitar a difusão mais homogênea da inovação. Essa dinâmica regional favorece também a geração de emprego e renda regionais, através da inserção competitiva das pequenas empresas e da participação dos trabalhadores nos ganhos e nas decisões da empresa. Esses seriam, basicamente, os fatores endógenos que fundamentariam o crescimento sustentado de um APL. Entretanto trata-se de um mundo que não considera os condicionantes da atual lógica de internacionalização do capital. No caso dos produtos de consumo de massa, a tendência que se impõe internacionalmente é a de “commoditização”, com exceção de algumas marcas que dominam os mercados com elevados padrões de consumo, caso do calçado italiano. Os grandes distribuidores

— que constituem o elo mais internacionalizado da cadeia calçadista — dominam o mercado mundial e conseguem, com isso, impor preços e modelos aos fabricantes. A padronização desses modelos, mesmo que apresente diferenças nacionais em termos de qualidade, restringe a inovação aos limites impostos pelas encomendas.

No caso do RS, deve-se também considerar o baixo nível do consumo interno no Brasil, o que torna a produção totalmente dependente das exportações. Efetivamente, o controle da comercialização externa por distribuidores globalizados impõe preços, quantidades e modelos, tornando a produção de calçados vulnerável às oscilações externas. Tal tendência poderia ser compensada pela ampliação do consumo interno, o que é incompatível com o atual quadro de políticas macroeconômicas inteiramente dedicadas ao controle da dívida pública e da inflação. Em suma, embora o reforço das diversas ligações que se estabelecem em um APL seja muito importante para a competitividade das empresas calçadistas, as novas condições internacionais de concorrência, aliadas às restrições internas à elevação do consumo, são elementos que podem comprometer o futuro dessa indústria.

Índices de produção física e de exportações da indústria de calçados no RS — jan./01-maio/04



FONTE: PIM-PF/IBGE.
MDIC.

NOTA: Os dados têm como base a média dos meses de 2000 = 100.

Clarisse C. Castilhos (FEE/NEI)

Hanseníase: o difícil combate

A hanseníase é uma moléstia infecto-contagiosa causada pelo *Mycobacterium leprae*, e sua contaminação dá-se pelas vias aéreas. Essa doença, além de incapacitar fisicamente, reforça preconceitos milenares.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a países em desenvolvimento alcançarem a meta de menos de um doente por 10.000 habitantes até o ano de 2006. O Brasil, que ocupa o segundo lugar em número de casos novos, só perdendo para a Índia, entrou, em 1991, no programa de erradicação da doença por tratamento poliquimioterápico (PQT-OMS), que leva o paciente à cura num período de um ano.

Em 1999, registraram-se 83.090 casos novos no Brasil, o que representou uma proporção de 5,07/10.000. Em 2002,

ocorreu um leve declínio, registrando-se 77.154 casos, com a taxa de 4,42/10.000. Mato Grosso do Sul, Piauí e Roraima são os estados com mais alta taxa de infectados: 30,19; 16,63; e 14,53 casos por 10.000 respectivamente.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a alcançar a meta da eliminação da hanseníase como problema de saúde pública e, em 1999, já estava com a taxa de 0,41/10.000 casos, sendo 409 pacientes em tratamento. Em 2002, foram detectados 231 pacientes, correspondendo a uma taxa de 0,22. Se o Brasil alcançar a meta prevista em 2006, provavelmente o RS terá a possibilidade de erradicar a doença.

Número de casos e taxas de detecção da hanseníase no Brasil e em estados selecionados — 1999-02

ESTADOS E BRASIL	1999		2000		2001		2002	
	Casos	Taxas	Casos	Taxas	Casos	Taxas	Casos	Taxas
Mato Grosso do Sul	1 235	6,09	1 238	5,96	1 238	5,86	6 462	30,19
Piauí	3 091	11,31	2 227	7,83	2 379	8,28	4 819	16,63
Roraima	411	15,40	389	11,99	332	9,84	504	14,53
Rio de Janeiro	6 386	4,63	7 469	5,19	7 055	4,85	5 677	3,86
São Paulo	6 243	1,74	5 867	1,58	5 829	1,55	4 929	1,29
Santa Catarina	396	0,78	373	0,70	373	0,68	348	0,63
Rio Grande do Sul	409	0,41	403	0,40	328	0,32	231	0,22
Brasil	83 090	5,07	74 317	4,38	72 589	4,21	77 154	4,42

FONTE: MS.

NOTA: A taxa de detecção é igual ao número de doentes/10.000 habitantes.

Ricardo Rossi da Silva Couto (FEE/NIS)

O setor bancário gaúcho após a reestruturação do SFN

A partir dos anos 90, principalmente após o Plano Real (1994), a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alterou o perfil do setor bancário tanto brasileiro como gaúcho.

No Rio Grande do Sul, analisando-se o período 1994-02, constata-se que o número de agências bancárias no Estado diminuiu de 1.502 em 1994 para 1.371 em 2002, representando uma queda de 8,72%. A participação do número de agências bancárias na Capital em relação ao total do Estado aumentou de 19,84% para 22,17%, enquanto, no Interior, houve uma redução de 80,16% para 77,82%. Em relação ao total de municípios que dispunham de serviço bancário no RS, registrou-se uma queda, pois, enquanto, em 1994, eram atendidos 90,82% dos municípios, em 2002, o percentual foi de 79,84%. Essa situação deveu-se, fundamentalmente, ao fechamento de agências bancárias ineficientes, com o objetivo de reduzir custos.

Quanto à participação do volume das operações de depósitos e de crédito do setor bancário gaúcho no total do

Brasil, ocorreu, no período, uma elevação da primeira modalidade de operação, a qual passou de 3,73% para 4,83%. A segunda apresentou uma pequena queda, de 5,81% para 5,18%.

A participação do volume total dos depósitos e dos créditos dos bancos federais e estaduais, no RS, em relação ao total do Estado registrou uma redução, enquanto os bancos privados aumentaram a sua participação.

Número e percentual de agências bancárias na Capital, no Interior e total do RS — 1994 e 2002

DISCRIMINAÇÃO	1994		2002	
	Número	%	Número	%
Capital	298	19,84	304	22,17
Interior	1 204	80,16	1 067	77,83
TOTAL DO RS	1 502	100,00	1 371	100,00

FONTE: Bacen.

Edison Marques Moreira (FEE/NEESF)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br



O (des)acordo União Européia-Mercosul

No início das negociações ocorridas em julho último, a União Européia (UE) propunha redução tarifária para 50% de cada cota para produtos agrícolas considerados sensíveis, muitos deles exportados pelo RS para aquela região. Os 50% restantes estariam condicionados aos resultados da Rodada de Doha da OMC. Quanto mais os europeus tivessem de ceder na OMC, menos dariam para o Mercosul. Este, sem garantias de ganhos para seus produtos, mostrou-se contrário à proposta européia. A UE, então, reformulou-a, mas para pior: aumentava as concessões para 60% de cada cota na assinatura do acordo, e os restantes 40% ficariam na dependência das negociações na OMC. Mas a liberalização desses 60% seria parcelada em 10 anos. Para o Mercosul, tal medida foi considerada um passo atrás, e, diante da irredutibilidade dos europeus, optou por suspender as tratativas até agosto.

A crise Brasil-Argentina, relacionada às vendas brasileiras de eletrodomésticos da “linha branca”, também pode ter contribuído para o endurecimento da posição européia, já que, na prática, a UE quer garantias de que não se criem obstáculos à circulação dos produtos europeus no Mercosul, bem como de produtos oriundos de empresas européias aqui instaladas, embora o discurso oficial dos europeus alegue sua preocupação com o fortalecimento da integração no Mercosul.

Para o RS, onde as exportações de produtos agrícolas para a UE têm um peso significativo, as dificuldades em romper-se a barreira protecionista européia para produtos da agricultura certamente serão prejudiciais. Conforme a tabela, os cinco principais produtos exportados pelo Estado para esse bloco são todos do agronegócio e representam mais de 50% da pauta para a UE.

Exportações do Rio Grande do Sul para União Européia — jul./02-jun./04

SUBCAPÍTULO DA NCM	VALOR (US\$ 1 000)		VARIACÃO %	PARTICIPAÇÃO %	
	Jul./02-Jun./03	Jul./03-Jun./04		Jul./02-Jun./03	Jul./03-Jun./04
2401 - Fumo (tabaco) não manufaturado; desperdícios de fumo (tabaco)	315 967	334 997	6,02	22,21	19,62
6403 - Calçados com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural	122 455	165 775	35,38	8,61	9,71
1201 - Soja, mesmo triturada	60 940	160 972	164,15	4,28	9,43
2304 - Tortas (bagaços) e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em <i>pellets</i> , da extração do óleo de soja	122 125	150 525	23,25	8,58	8,82
0207 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas de aves	119 363	125 436	5,09	8,39	7,35
Outros	681 919	769 716	12,87	47,93	45,08
TOTAL	1 422 769	1 707 422	20,01	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

Crescimento expressivo do emprego formal no primeiro semestre

Os dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam, pelo sexto mês consecutivo, crescimento do emprego formal no RS. Em junho, o saldo líquido (diferença entre admissões e desligamentos) foi de 5.384 postos de trabalho, o que corresponde a um crescimento de 0,29% em relação ao mês anterior. Com isso, contabiliza-se um saldo acumulado de 73 mil empregos no semestre (crescimento de 4,16%) e de 90 mil nos últimos 12 meses (variação de 5,33%) — o melhor resultado dos últimos cinco anos, tanto na comparação semestral como na anual.

O bom desempenho do emprego estadual deve-se, em larga medida, ao significativo crescimento da indústria de transformação. Esse setor, que, no primeiro semestre, teve uma elevação de 7,94% no estoque de trabalhadores (46 mil novos postos), respondeu por 63% do total de vagas acrescidas no período. Os 12 subsetores que compõem a indústria de transformação também experimentaram crescimento do emprego, os mais expressivos em borracha, fumo e couros (18.344 postos) e calçados (8.670 vagas), que, em conjunto, responderam por 58,5% das vagas geradas no setor.

Tem-se, pois, uma situação animadora para o mercado de trabalho gaúcho; mais ainda se se considerar que, concomitantemente ao crescimento do emprego regulamentado, se verifica também o crescimento da produção industrial, o qual, conforme o IBGE, foi de 3,7% entre janeiro e maio deste ano.

Saldo de admissões e desligamentos e variação do emprego em subsetores selecionados da indústria de transformação no RS — jan.-jun./04

SUBSETORES	SALDOS	VARIACÃO % (1)
Indústria de borracha, fumo e couros	18 344	37,87
Indústria de calçados	8 670	6,50
Indústria metalúrgica	3 444	6,37
Indústria mecânica	3 115	6,56
Indústria de material de transporte	2 875	9,87
Indústria de madeira e mobiliário	2 687	5,64
Total da indústria de transformação	46 141	7,94

FONTE: MTE.

(1) Jan.-jun./04 sobre jan.-jun./03.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/NET)

A agricultura e a economia estadual

Os dados mais recentes disponíveis sobre a estrutura setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Rio Grande do Sul mostram um avanço da participação da agricultura no agregado, nos anos de 2001 e 2002, com relação ao valor registrado em 2000. Como a taxa de crescimento do VAB da agropecuária entre 2002 e 2003 foi de 18,5%, enquanto a da indústria ficou em 2,9% e a do setor serviços em 1,7%, espera-se uma melhoria da posição relativa da agricultura para 2003.

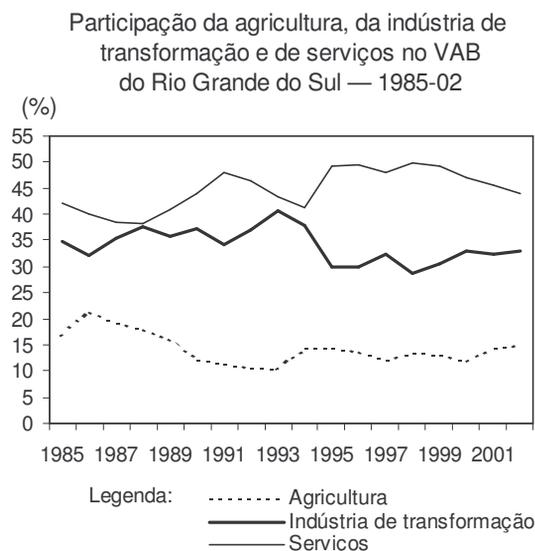
Quando se situa esse desempenho da agricultura na formação do VAB em uma perspectiva de mais longo prazo, chega-se a resultados interessantes. Considere-se o comportamento da participação setorial no período 1985-02. A simples observação da evolução das participações ao longo do tempo mostra uma descontinuidade no ano de 1993 (gráfico). Dividindo-se o período em dois subperíodos, 1985-93 e 1994-02, e calculando-se a média das participações para cada um deles, observa-se uma pequena queda no valor do indicador entre o primeiro e o segundo subperíodo, porém sem significância estatística. Assim, pode-se dizer que permaneceu relativamente estável o peso do setor, na economia, entre um e outro período; em outras palavras, que o dinamismo da agricultura acompanhou o da economia como um todo. Um tal comportamento é um pouco surpreendente, pois seria de se esperar um decréscimo gradual da participação, quando se têm presente as mudanças na estrutura setorial do produto, nas economias em desenvolvimento.

E é por ter-se presente justamente esse quadro de mudanças que se torna mais surpreendente o comportamento de longo prazo da participação da indústria de transformação (IT) no VAB. Considere-se, novamente, o período 1985-02, subdividido em dois: antes e depois de 1993. A média das participações da IT cai de 36,08% para 32,01% entre o primeiro e o segundo subperíodo, com significância estatística. Como a IT apresentava uma tendência de participação anual crescente no primeiro subperíodo, conclui-se que se interrompeu essa trajetória no segundo.

Tendências semelhantes vêm sendo apontadas por economistas e agências de desenvolvimento internacionais, ao

examinarem a evolução, no longo prazo, da estrutura setorial da produção brasileira: resistência da agricultura a reduzir o peso na economia e perda relativa de importância da indústria no Produto Interno Bruto, na década de 90, com relação à de 80. São informações como essas que apóiam o argumento de que a economia brasileira foi incapaz de dar sustentação a um processo dinâmico de aprofundamento da industrialização (UNCTAD).

Por último, deseja-se registrar que as mudanças assinaladas na estrutura do aparelho produtivo correspondem ao período de mudança na estratégia de desenvolvimento da economia nacional, caracterizada pela brusca abertura e pela integração à economia internacional, bem como ao período de implementação das políticas de estabilização após 1994.



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais.

Maria D. Benetti (FEE/NEA)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 17.08.04).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.